

STJ00109885



Victor Augusto Estevam Valente

IMPrensa, JORNALISMO DIGITAL E DIREITO PENAL

Aspectos Materiais e Processuais

2020

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

1170903

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Daniela Jardim & Rene Bueno (contato@danielajardim.com)

134

Imprensa, jornalismo digital e direito penal: aspectos materiais e processuais / Victor Augusto Estevam Valente – Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

448 p. (Ciências Criminais / organizadores Luiz Flávio Gomes e Rogério Sanches Cunha)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-442-3127-2

1. Direito penal. 2. Imprensa. 2. Jornalismo digital. I. Gomes, Luiz Flávio. II. Cunha, Rogério Sanches. III. Valente, Victor Augusto Estevam. IV. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Introdução.....	23
CAPÍTULO I	
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E EXPANSÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA.....	27
1. A democracia como Fonte de Proteção dos Direitos Fundamentais.....	27
1.1. Dimensões dos Direitos Fundamentais e Vedação ao Retrocesso Social	29
1.2. Sociedade Democrática.....	34
1.3. Constituição Penal e o Necessário Equilíbrio dos Direitos Fundamentais.....	35
2. Imprensa: Origem e Evolução Conceitual.....	37
3. Comunicação Social e Liberdades Públicas	43
4. Liberdade de Informação	46
5. Liberdades de Expressão e de Imprensa	50
5.1. Fontes Internacionais e Perspectiva Constitucional..	50
5.1.1. Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	50
5.1.2. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.....	51
5.1.3. Declaração dos Princípios sobre Liberdade de Expressão	52
5.1.4. Declaração de Chapultepec e Sociedade Interamericana de Imprensa	55
5.1.5. Constituição Brasileira de 1988	56
5.2. Noção Conceitual e Características	57

5.2.1.	Liberdade de Expressão.....	57
5.2.2.	Liberdade de Imprensa	65
5.3.	Princípio da Veracidade	71
6.	Crítica jornalística e Proibição de Censura	72
7.	Códigos de Ética da Imprensa.....	77
8.	Sigilo das Fontes Jornalísticas e (Im)Possibilidade de Mitigação.....	78
9.	Jornalismo Investigativo	85

CAPÍTULO II

ASPECTOS CRIMINAIS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO CONTEXTO MIDIÁTICO 87

1.	Constitucionalização do Direito Civil e Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais.....	87
2.	Direitos da Personalidade	90
2.1.	Noções Gerais	90
2.2.	Liberdade de Imprensa e Direitos da Personalidade: Critérios de Ponderação à Luz da Interpretação Constitucional Moderna	92
2.3.	Espécies de Tutela e Indenização por Dano Moral..	96
2.4.	ADPF n. 130/DF e Medidas Jurídicas Face à sua Inobservância.....	104
3.	Direito à Integridade Moral	105
3.1.	Direito à Imagem.....	105
3.2.	Direito à Privacidade	108
3.3.	Direito à Honra.....	111
4.	Direitos ao Esquecimento, à Desindexação, à Desvinculação e Efeito <i>Streisand</i>	114
5.	Tomada de Postura: Critério da Ponderação e Diálogo das Fontes.....	136

CAPÍTULO III

CRIMES PRATICADOS PELA IMPRENSA: CONCEITO, TERMINOLOGIA E LEGISLAÇÃO 139

1.	Noções Terminológica e Conceitual	139
2.	Evolução Legislativa no Brasil	142
3.	Lei de Imprensa e ADPF N. 130/DF	151
3.1.	Abusos e Modelos de Responsabilidade	151
3.2.	Grupos de Infrações Penais na Extinta Lei n. 5.250/1967.....	156
3.2.1.	Delitos com Previsão Simultânea na Lei de Imprensa e em Leis Penais	157
3.2.2.	Delitos com Previsão Exclusiva na Lei de Imprensa.....	158
4.	Infrações Penais no Atual Panorama Legal	159
a)	Crimes Contra a Segurança Nacional	160
b)	Crimes Contra a Honra das Pessoas Físicas ou Jurídicas	162
c)	Incitação à Prática de Crime ou Apologia de Fato Criminoso ou de Autor de Crime.....	163
d)	Incitação de Genocídio pela Imprensa	172
e)	Crime de Propaganda de Preconceito de Raça ou Classe.....	174
f)	Crimes Ocorridos na Investigação e na Obtenção de Prova no Contexto da Organização Criminosa..	174
g)	Lei n. 9.296/96 (Intercepção Telefônica).....	174
h)	Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	175
i)	Código Eleitoral e Lei n. 9.504/97 (Lei das Eleições).....	178
j)	Código Brasileiro de Telecomunicações e Lei de Rádio e Difusão Comunitária.....	178
k)	Lei n. 9.434/1997 (Lei de Transplantes).....	180
l)	Crime de Importunação Sexual (CP, Art. 215-A) e Pornografia de Vingança (CP, Art. 218-C, § 1º)	181
5.	Críticas.....	182

5.1.	Direito Material e PLS n. 236/2012 (Novo Código Penal)	183
5.2.	Processo Penal	187
6.	Direito Penal de Imprensa no Brasil	187
6.1.	Sociedade de Risco e Mídia de Massa (<i>mass media</i>)..	187
6.2.	Mandados Constitucionais de Criminalização e proibição de Insuficiência	195
6.3.	Alocação Sistêmica	198
7.	Intervenção Mínima e Descodificação	200

CAPÍTULO IV

COMUNICAÇÃO SOCIAL E CRIMES NAS REDES DIGITAIS 205

1.	<i>Novos Media e Self Media: Comunicação Social e a Nova Roupagem da Liberdade de Expressão nas Redes Digitais...</i>	205
2.	Crimes no ambiente digital.....	208
3.	Dos Crimes Contra a Honra Praticados pela internet.....	210
3.1.	Da Imunidade Parlamentar Material (<i>Freedom of Speech</i>).....	214
4.	Da Perseguição Obsessiva ou Insidiosa (<i>Cyberstalking</i>)	216
5.	Dos Crimes de Discriminação Praticados pela Internet.....	217
6.	Das provas virtuais: Softwares Espiões, Métodos Ocultos de Investigação e Infiltração de Agentes de Polícia na Internet.....	227
7.	Da Competência.....	231

CAPÍTULO V

IMPrensa E PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL..... 233

1.	Garantias Processuais Penais.....	233
2.	Convenção Americana sobre Direitos Humanos	234
3.	Inquérito Policial.....	236
3.1.	Noções Gerais	236

3.2.	Contraditório, Juiz de Garantias e Audiência de Custódia	238
4.	Direito ao Silêncio e à Não Autoincriminação	244
5.	Publicidade	245
5.1.	Sigilo	248
5.2.	Publicidade e Colisão entre Informação e Intimidade	250
5.3.	Lei n. 9.296/1996 e Sigilo das Interceptações Telefônicas	252
5.4.	Interceptação Telefônica entre Advogado e Cliente	271
5.5.	Sigilos Bancário e Fiscal	273
6.	Processo e Procedimento	290
6.1.	Noções Conceituais	290
6.2.	Estrutura Princiopiológica	292
6.3.	Estado de Inocência e Execução Provisória da Pena	294
7.	Processo Penal de Imprensa e Proibição de Insuficiência...	302

CAPÍTULO VI

PROCEDIMENTO ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA A HONRA: ASPECTOS PRÁTICOS NO CONTEXTO DA IMPRENSA		307
1.	Classificação dos Procedimentos	307
2.	Procedimentos dos Crimes Contra a Honra à Época da Lei n. 5.250/1967	309
3.	Atual Panorama Legal	310
3.1.	Direito Material e Processual Penal	310
3.2.	Procedimentos dos Crimes Contra a Honra Então Existentes	310
3.2.1.	Crimes Contra a Honra Previstos no Código Penal, desde que Sujeitos à Ação Penal Privada, Ainda que Praticados por Meio da Imprensa	310
3.2.2.	Crimes Contra a Honra no Código Eleitoral..	316

3.3.	Aplicação do Procedimento Sumaríssimo da Lei n. 9.099/1995.....	316
3.4.	Procedimento Especial do Código de Processo Penal.....	317
3.4.1.	Exceção da Verdade ou Notoriedade do Fato.....	326
3.4.2.	Exceção da Verdade no Procedimento Sumaríssimo.....	329
3.4.3.	Pedido de Explicações.....	329
3.4.4.	Retratação do Acusado.....	332
3.4.5.	Da Transação Penal e da Suspensão Condicional do Processo.....	333
3.4.6.	Da Ação Penal Privada e da Procuração com Poderes Especiais.....	335
3.4.7.	Da <i>Emendatio Libelli</i>	336
3.4.8.	Do Concurso de Pessoas e da indivisibilidade da Ação Penal Privada.....	338
3.4.9.	Da Dispensabilidade do Inquérito Policial para a Propositura da Ação Penal Privada.....	344
3.4.10.	Da Rejeição da Queixa-Crime Diante da Pluralidade de Ações Privadas sobre o Mesmo Fato: Crimes Plurilocais e Concurso de Pessoas.....	345
3.4.11.	Das Custas e Honorários Advocatícios.....	348
4.	Da Competência.....	349
5.	Prescrição dos Crimes de Imprensa.....	351

CAPÍTULO VII

DIREITO DE RESPOSTA: FUNDAMENTOS DOGMÁTICOS E LEGISLATIVOS

353

1.	Noções Gerais.....	353
2.	Esboço Histórico.....	353

2.1.	Direito Comparado.....	353
2.2.	Convenção Americana sobre Direitos Humanos....	357
2.3.	Direito Brasileiro.....	357
3.	Fundamentos	364
4.	Direito de Resposta e Publicação da Sentença Condenatória.....	369

CAPÍTULO VIII

COMENTÁRIOS À LEI N. 13.188/2015: NOVO MARCO LEGISLATIVO DO DIREITO DE RESPOSTA NO BRASIL.....		371
1.	Noções Gerais	371
2.	Surgimento do Direito de Resposta.....	374
3.	Legitimidade e Gratuidade.....	375
4.	Divulgação, Publicação e Transmissão	376
5.	Matéria e Conteúdo Ofensivo	376
5.1.	Comentários de Usuários da Internet.....	377
5.2.	Retratção ou Retificação Espontânea do Veículo de Comunicação.....	377
6.	Resposta Proporcional ao Agravo.....	379
7.	Prazo de Exercício do Direito de Resposta.....	382
8.	Forma de Solicitação.....	383
9.	Ofensa por um ou mais Veículos de Comunicação	383
10.	Prazo de Divulgação.....	384
11.	Procedimento Especial da Ação Judicial	386

CAPÍTULO IX

CRIMES ELEITORAIS E DIREITO DE RESPOSTA		395
1.	Justiça Eleitoral	395
2.	Crimes Eleitorais	396
2.1.	Disposições Preliminares e Processo Penal	396

2.2.	Natureza Jurídica e Bem Jurídico-Penal.....	400
2.3.	Classificação Doutrinária.....	403
3.	Crimes Eleitorais Praticados pela Imprensa	404
4.	Propaganda Eleitoral e Meios Tecnológicos	405
4.1.	Reforma Eleitoral.....	405
4.2.	Crimes Eleitorais Praticados pela Internet.....	406
4.2.1.	Da “Boca de Urna” e Violação de Sigilo do Voto	407
4.2.2.	Das Notícias Falsas (<i>fake news</i>) e Propaganda Dirigida	408
5.	Direito de Resposta à Luz da Lei n. 9.504/1997.....	413
5.1.	Fundamentos.....	413
5.2.	Momento de Exercício	415
5.3.	Afirmção Caluniosa, Difamatória, Injuriosa ou Sabidamente Inverídica	415
5.4.	Legitimidade Ativa	418
5.5.	Instrução do Pedido de Resposta.....	420
5.5.1.	Em Órgão da Imprensa Escrita	420
5.5.2.	Em Programação Normal das Emissoras de Rádio e de Televisão	421
5.5.3.	No horário Eleitoral Gratuito	421
5.5.4.	Em propaganda Eleitoral na Internet.....	422
5.6.	Cumulação de Pedidos.....	422
5.7.	Inviabilidade de Reparação nos Prazos.....	423
6.	Eleições e Resolução n. 23.462/2016 do Tribunal Superior Eleitoral	423
7.	Recurso.....	424
8.	Prazo das Decisões	425
9.	Não Cumprimento Integral ou Parcial da Decisão Concessiva do Direito de Resposta.....	425
10.	Preferência de Tramitação	425

CONCLUSÕES.....	427
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	431